



História (São Paulo)

ISSN: 0101-9074

revistahistoria@unesp.br

Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho
Brasil

GONTIJO, Rebeca

História e historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu

História (São Paulo), vol. 24, núm. 2, 2005, pp. 159-185

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=221014793007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

História e historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu

Rebeca GONTIJO*

RESUMO: Este artigo analisa a correspondência de Capistrano de Abreu (1853-1927), considerado por muitos como o mais importante historiador brasileiro do início do século XX. O objetivo é recuperar observações relativas ao exercício de escrita da história, considerando as características do ofício de historiador em sua época, de modo a compreender uma dupla e simultânea construção: a da historiografia e a do historiador.

PALAVRAS-CHAVE: Capistrano de Abreu; historiografia; correspondência.

Escrevendo cartas “para não deixar o dia *sine linea*”, Capistrano de Abreu deixou muitos indícios que ajudam a compreender um pouco das práticas historiográficas de fins do século XIX e início do XX. A correspondência de Capistrano é uma entre outras formas de acesso a essas práticas, pois ela traz informações sobre o ofício do historiador, revelando os bastidores das pesquisas sobre o Brasil, ao expor os obstáculos à obtenção de livros e documentos, as dificuldades de editoração e publicação, as práticas de leitura, as referências teóricas e literárias, etc. Servindo como meio de comunicação privilegiado entre intelectuais, que compartilham interesses, experiências e projetos, as cartas indicam a existência de redes de estudo a distância, através das quais se constrói um espaço singular para reflexões sobre si mesmo, sobre a história e sua escrita. Tais reflexões, longe de constituir teorias da história rigidamente elaboradas e acabadas, favorecem um tipo de conhecimento dialógico, construído de maneira coletiva e, ao mesmo tempo, fragmentada. “Pensar por carta” estimula os missivistas a testar formas de pesquisa e expressão bastante distintas daquelas

encontradas em livros e artigos, por exemplo. Às vezes, em meio a recordações do passado, referências à saúde e comentários sobre os problemas do dia-a-dia, a vida alheia, a política e os trabalhos em andamento, é possível localizar indícios de um saber em contínua transformação. De modo lacunar e muitas vezes inconcluso, a correspondência permite uma rápida construção, confrontação e difusão de idéias. Entre convenções e improvisos, a reflexão toma um rumo provisório, efêmero, aberto a futuras modificações, o que permite explorar certas liberdades de dizer e de pensar.¹

Considerando que o exercício da escrita visa a influir sobre a realidade, é possível supor que a carta, além de ser o instrumento de um dizer, também pode ser vista como uma forma de agir sobre o outro, sobre o mundo e sobre si mesmo. Esse agir possibilitado pela escrita de cartas mobiliza múltiplos recursos a fim de convencer, influir, demandar, resistir, etc., a distância.² Dito isso, o objetivo deste texto é compreender o modo como Capistrano planejou escrever a história, considerando as práticas relativas ao ofício de historiador em sua época. Supondo que o exercício da escrita (no caso, a escrita de cartas e a escrita da história) possibilita o surgimento simultâneo do autor e do texto, a hipótese é a de que os projetos formulados, realizados ou não, fomentam uma dupla construção: a da história e a do historiador.

Supostamente, a busca de documentos e os esforços para ampliar o acesso a eles, ao lado das reflexões sobre a natureza e o uso das fontes no estudo histórico; sobre os métodos de análise; os problemas da narrativa e da interpretação etc., constituem uma espécie de agenda de discussão sobre a pesquisa e a escrita da história. Tal agenda pode ser identificada, ainda que seja fragmentada e dispersa devido aos meios efêmeros utilizados para sua divulgação. Esta não era feita por meio de manifestos ou livros, mas através de artigos e resenhas publicados em jornais e revistas, assim como por meio de discursos, prefácios, traduções e notas. São apontamentos úteis não tanto para estabelecer como a história deveria ser interpretada e escrita, mas para indicar aquilo que o historiador não deveria esquecer ao longo do trabalho. Serviam, desse modo, para dar algum sentido à

produção historiográfica, impondo-se até pelo menos os anos 1930, ainda que adquirindo novos itens, reiterando e rejeitando antigas proposições. Uma parte dessa agenda pode ser localizada na correspondência de Capistrano de Abreu.

UM PROJETO E UM LUGAR PARA SI

Lembranças de um projeto: escrever a história do Brasil. Projeto antigo, construído ainda na juventude e freqüentemente lembrado, como se aquele que lembra quisesse alertar a si mesmo sobre a passagem do tempo e a não-realização do planejado. Em carta ao amigo João Lúcio de Azevedo, Capistrano recorda:

Tenho presente a primeira vez em que veio a idéia de escrever a história do Brasil. Estava no Ceará, na freguesia de Maranguape, com poucos livros, arredado de todo comércio intelectual. Acabava de ler Buckle no original, relia mais uma vez Taine, tinha acabado a viagem de Agassiz. Vim depois para o Rio em 1875; cada ano que passa é uma parede que cai.³

O plano de escrever a história do Brasil, idealizado pela primeira vez no Ceará, provavelmente tomou forma no Rio de Janeiro, entre meados da década de 1870 – quando Capistrano chegou à Corte – e o final dos anos 1880. Foi nesse período que ele conquistou um lugar no “pequeno mundo dos historiadores”, participando daquelas que eram, então, as principais instituições dedicadas à pesquisa e ao ensino de história do País: a Biblioteca Pública (depois, Biblioteca Nacional), o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Colégio Pedro II.

Guardião de um rico acervo documental, a biblioteca reunia alguns nomes importantes do mundo intelectual de fins do século XIX e início do século XX. Eram notórios eruditos, como Ramiz Galvão, Alfredo do Vale Cabral e Teixeira de Melo, empenhados no estudo da história nacional, bem como das línguas e costumes indígenas, com expressiva dedicação às chamadas ciências auxiliares da história: a epigrafia, a numismática, a paleografia, etc. Em 1879, Capistrano participou da seleção para oficial da biblioteca, conquistando o primeiro

lugar. Logo após sua morte, em agosto de 1927, Ramiz Galvão – diretor da instituição na época da seleção – mencionou a respeito da entrada do novo funcionário:

Estava ganho o primeiro ciclo da jornada, e abriam-se para o estudioso Cearense as portas da cidade dos livros. É fácil imaginar o seu imenso júbilo. As pepitas de ouro se empilhavam sobre a mesa do mineiro, sedento de riqueza. O que é fato, senhores, é que ali se despertou a sua ânsia de investigar e resolver os problemas ainda obscuros da nossa História [...].⁴

Entrando na “cidade dos livros”, Capistrano tratou de construir os alicerces para seus próprios edifícios. Outros fatos que podem ser considerados importantes para a construção de um lugar para si no “pequeno mundo” dos historiadores foram: a publicação de ***Uma grande idéia***, em 1880, e a participação na importante Exposição de História e Geografia do Brasil, organizada pela biblioteca no ano seguinte.

A “grande idéia” de Capistrano foi expressa através de um artigo dirigido ao ministro da Agricultura, Buarque de Macedo, que então organizava uma comissão para escrever a história do Brasil. O objetivo do texto era aconselhar o ministro a tomar precauções contra o IHGB, que era, na época, a mais importante instância brasileira de produção e consagração dos estudos históricos. Após admitir – com certa ironia – a importância do instituto e o valor de pertencer a ele, o autor nomeia os sócios que poderiam participar do empreendimento, apontando-lhes, sem pudor, as qualidades e os defeitos. Capistrano chega à impressionante conclusão de que, dos 187 membros do IHGB, apenas 26 poderiam servir para a escrita da história do Brasil; três poderiam servir sob condições e 158 seriam “perfeitamente inúteis”. Também afirma que havia muitos nomes de fora do instituto e sugere que essa grande equipe se divida em duas comissões. A primeira, a ser presidida pelo conselheiro Capanema, deveria se encarregar da história física. A segunda, presidida pelo senador Cândido Mendes de Almeida, deveria se encarregar da história política. Quanto ao plano, sugere que sejam seguidas as instruções de Henrique de Beaurepaire Rohan,

esboçadas no folheto *Organização da História Física e Política do Brasil*, de 1877.⁵

Cheio de idéias sobre como escrever a história nacional, Capistrano participou da Exposição de História e Geografia do Brasil, organizada pela Biblioteca Pública, em 1881. Segundo José Honório Rodrigues, até então nenhum país do continente americano organizara uma bibliografia tão completa sobre sua própria história. A exposição foi inaugurada no dia 2 de dezembro e contou com a presença do imperador Pedro II. De acordo com Capistrano, 7.620 visitantes passaram pelo casarão na Rua do Passeio. O evento durou pouco tempo – até 2 de janeiro do ano seguinte –, mas pôde ser perpetuado através da elaboração de um catálogo em três volumes – verdadeiro objetivo do empreendimento –, que tempos depois Rodrigues considerou como “o maior monumento bibliográfico da história do Brasil até hoje erguido”.⁶

A exposição de 1881 pôde ser vista como uma espécie de “vitruve” na qual o projeto político-histórico desenvolvido pelo IHGB foi apresentado a um público maior do que aquele reunido nas dependências do instituto.⁷ Participando desse empreendimento, Capistrano conquistou um lugar no “mundo dos historiadores” não através da eleição para o IHGB, não através de uma obra individual, mas de um grande empreendimento coletivo, que expôs de modo monumental os materiais que serviriam para a escrita da história da nação. A partir desse trabalho ele concluiu que: “pela primeira vez desenhava-se nítida a imensidade da empresa de descrever a terra brasileira e conhecer os feitos de seus filhos”.⁸ A relação de seu nome com um evento como esse provavelmente contribuiu para afirmar seu *status* como erudito e homem de arquivo, conhecedor de documentos. Pela colaboração na exposição, Capistrano e seus colegas foram condecorados pelo imperador em 7 de janeiro de 1882, recebendo o grau de cavaleiros da Ordem da Rosa. Mas, nem tudo eram flores...

Como funcionário da biblioteca, ele se empenhou no estudo e na publicação de documentos, suscitando desentendimentos com o diretor da instituição, Saldanha da

Gama. Capistrano almejava publicações sistemáticas e reuniu outros funcionários junto a si, com o objetivo de levar adiante o projeto. Uniu-se a Alfredo do Vale Cabral e Teixeira de Melo e conseguiu o apoio do subdiretor do *Diário Oficial*, Silveira Caldeira, para publicar documentos nesse periódico. Em carta ao historiador português Lino de Assunção, Capistrano menciona que:

[...] Saldanha da Gama, está furioso com a nossa empresa e decidido a fazer-lhe a mais decidida guerra. Felizmente na publicação das cartas dos jesuítas⁹ não precisamos dele, e cõscio da sua impotência pois temos cópia do Instituto Histórico, o bicho quer vingar-se em outras coisas. Ora queremos dar-lhe uma lição de mestre, publicando Frei Vicente do Salvador [...]. É que em primeiro lugar a obra é importantíssima e quero ter o prazer de editá-la e anotá-la; é que, em segundo lugar, o bibliotecário não quer que ninguém a edite senão ele ou, para ser mais franco, não quer que seja editado absolutamente. Tomas estas pequenas lutas de companarículos a sério e ajuda-nos a obter a vitória e sobretudo decide-te de uma vez a ser nosso representante e correspondente e sócio na Europa.¹⁰

Enfrentando essas “pequenas lutas de companarículos”, Capistrano demonstra o desejo de construir algo diferente do que era então produzido no campo da pesquisa histórica. Chegou a idealizar aquilo que chamou de *Clube Taques*, em homenagem ao investigador e genealogista Pedro Taques Paes Leme: “uma sociedade com umas vinte pessoas”, escolhidas a dedo, que contribuiriam com trabalho e dinheiro para a cópia e publicação de documentos. Em carta a Antônio Joaquim de Macedo Soares, comentou:

Estou tratando da fundação de uma sociedade histórica, menos pomposa e menos protegida que o Instituto Histórico, porém quero ver se mais efetiva. Há de intitular-se Clube Taques, em honra de Taques Paes Leme, e deve ocupar-se quase que exclusivamente das bandeiras e bandeirantes, caminhos antigos, meios de transporte e história econômica do Brasil. O meu plano é começar pelo

século XVI, tomando os impressos e manuscritos conhecidos e utilizáveis, e incumbindo cada sócio de examinar um ou mais.¹¹

Ao compartilhar seus planos com Lino de Assunção, revela um pouco das dificuldades encontradas na pesquisa histórica no final do século XIX:

Sabes a dificuldade que há de encontrar editor e quanto é cara a impressão entre nós; por isso todos os nossos esforços vinham quebrar-se contra este rochedo. Julguei a princípio vencê-lo com o clube que imaginei, e que não devia ter presidentes, nem sessões, nem nada. Cada sócio publicaria um livro à sua custa, e seria isto a ata e a sessão. Tive muitas adesões... em palavras: escrupulizavam todos passar à frente e ficavam todos parados. Tive então a idéia de aproveitar-me do *Diário Oficial* e como dava-se a circunstância rara de ter boas relações com o Silveira Caldeira, subdiretor, e entretê-las ainda melhores com o Belisário, primo do Ministro, consegui o que queria. Desde o dia 29 há ordem para imprimirem-se em edições de 500 exemplares, os trabalhos sobre história pátria apresentados por Vale Cabral, Silveira Caldeira e este seu criado. Como vês temos um futuro brilhante diante de nós, e ainda mais risonhas serão as perspectivas se te associares francamente a nós. Por ora vamos nos concentrar no século XVI, e dentro do século nos Jesuítas: vês, portanto, que vamos te dar materiais. Dá-nos tu pela tua parte.¹²

Diante de um “rochedo”, Capistrano encontrou brechas por onde passar. Em certas circunstâncias, pôde utilizar relações pessoais visando a driblar situações que limitavam a produção e restringiam a publicação de trabalhos. Sobretudo, ele desejava algo diferente daquilo que era oferecido pelo IHGB. Dizia: “há, pois, muito que fazer, que remexer, que descobrir, que completar e aprofundar. Em 10 anos podemos fazer tanto que a diferença se torne sensível, mesmo aos mais míopes”. Com o tempo, sua vida na biblioteca deve ter se tornado difícil devido aos desentendimentos com Saldanha da Gama. Para não depender

dele, insistentemente pedia a Lino de Assunção para copiar, em Portugal, documentos existentes na biblioteca do Rio.¹³

Uma oportunidade de ultrapassar as dificuldades e abrir um novo espaço de atuação surgiu com um concurso para o Imperial Colégio de Pedro II, em 1883, transformado em Ginásio Nacional no início da República. A cadeira disputada era a mais prestigiada: Corografia e História do Brasil, antes ocupada por Gonçalves Dias e Joaquim Manuel de Macedo. Os concorrentes deviam apresentar tese sobre um mesmo ponto – o descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI. O trabalho de Capistrano, *O descobrimento do Brasil*, analisou as pretensões francesa, espanhola e portuguesa; discutiu as teses sobre a intencionalidade e sobre o acaso da descoberta; a autenticidade da carta de Pero Vaz de Caminha; a grafia correta do nome Brasil, etc.¹⁴

A importância atribuída à tese de Capistrano e o reconhecimento que lhe prestaram não foram suficientes para garantir sua permanência no Colégio Pedro II. O notório historiador chegou a ser reconhecido por alguns como “a maior glória do magistério oficial brasileiro”, supostamente por ser capaz de ir além da prática comum de ler em aula a matéria a ensinar, apenas seguindo a orientação dos autores adotados. Segundo José Veríssimo, ele era “claramente um professor capaz de fazer ele mesmo a sua ciência e de transmitir aos seus discípulos o gosto e a capacidade de a fazerem”.¹⁵ Apesar disso, com a extinção da cadeira de Corografia e História do Brasil do Ginásio Nacional, em 1899, por Eptácio Pessoa, Capistrano foi posto em disponibilidade, pois recusara a oferta de ministrar aulas de História Geral, por considerar-se um especialista em História do Brasil.¹⁶ Anos depois, em carta a Domício da Gama, lembrou o fato agradecendo a Eptácio: “Devo-lhe uma disponibilidade que há vinte anos me dispensa de alunos ignorantes e desatentos.”¹⁷ Os anos em que esteve em disponibilidade no ginásio permitiram-lhe receber rendimentos sem precisar lecionar, o que garantiu tempo e recursos para a atividade de pesquisa e o aperfeiçoamento de sua especialidade: a história do Brasil.

A RETA E O CÍRCULO: DOCUMENTOS, METODOLOGIA E ESCRITA DA HISTÓRIA

Apaixonado por arquivos e pela busca de documentos, Capistrano de Abreu foi um abnegado estudioso das línguas indígenas e da geografia brasileira. Também se dedicou às traduções, revisões e anotações de textos, assim como à investigação do período colonial, com destaque para os séculos XVI e XVII. Pesquisou e incentivou estudos sobre temas até então pouco explorados, como a festa, a família, os indígenas, as bandeiras e as minas. Fez parte de uma geração de pesquisadores formados pela prática do ofício, interessados em “redescobrir o Brasil” através do estudo de suas particularidades, representadas principalmente pelos costumes e pela natureza do país. Livros de sua autoria, publicados em vida, foram: *O Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI* (1883); *Capítulos de história colonial* (1907); e *Rã-txa Hu-ni-ku-i – A língua dos caxinauás do Rio Ibaçu, afluente do Murú* (1914), premiado pelo IHGB e recusado pelo autor, em 1917.¹⁸

Capistrano tornou-se membro do IHGB em 1887, quando foi admitido como sócio efetivo, após ter participado de algumas de suas comissões: revisão de manuscritos, etnografia, história, etc. Na ocasião de sua entrada para o instituto, sua tese, oferecida à apreciação, recebeu o seguinte parecer: “É este um trabalho bem elaborado, escrito sobre bases históricas, manifestando o cabedal literário do autor, sua crítica conscienciosa e seu estilo elegante e claro.”¹⁹

A relação ambígua desse historiador com o IHGB, do qual dizia querer separar-se “em tempo, se não morrer repentinamente”; sua recusa em participar de outra importante instância de consagração intelectual, a Academia Brasileira de Letras;²⁰ e seu plano de juventude, a respeito do mencionado Clube Taques, sugerem a persistência do desejo de construir algo diferente daquilo que então existia. Esse desejo de ir além implicava a revisão de, pelo menos, três pontos: o uso das fontes, o método e a narrativa. Todos dependentes da solução de um problema crucial: a coleta e a divulgação de documentos.

Também implicava abrir mão de determinados projetos em favor de outros, de modo a desenvolver o conhecimento sem a dispersão de interesses e trabalhos. Dispersão comum entre os “homens de letras” da virada do século XIX, decorrente, ao menos em parte, das intensas demandas por estudos sobre temas correlatos, referentes à história e à geografia do Brasil, à lingüística e à etnografia indígenas.

Os projetos de Capistrano freqüentemente o conduziam para trabalhos complementares, mas que, diante de um movimento de especialização dos estudos, tornavam-se concorrentes, tais como a geografia, a história e a etnografia. Em 1915, dividido entre o estudo da história e o das línguas indígenas, afirmou: “Em todo caso, viro as costas à História; não faltarão Tácitos e Suetônios: os pobres índios sumir-se-ão do mundo; quero apenas que não vão sem acompanhamento ao túmulo.” O interesse pelas línguas indígenas (o bacairi e o caxinauá) era antigo, e a frustração com os estudos realizados, também. Em 1909, concluiu: “(...) procurei levemente uma escravidão pesada, e desperdicei meu tempo precioso, porque, com toda a franqueza o declaro, não estava preparado para tanto e a coisa não sairá como desejo”.²¹ Em determinado momento, ficou dividido entre a elaboração de um trabalho sobre a língua bacairi e a revisão de dois livros: seu *Capítulos de história colonial* (1907) e a *História Geral do Brasil* (1854-1857), de Varnhagen. Diante disso, comentou:

[...] com os documentos mais ou menos conhecidos, não se pode fazer obra inteiramente nova, e a de Varnhagen, revista com cuidado, pode atravessar este período de transição. Além disso, o trabalho não estorva, antes fomenta a edição de meus *Capítulos de História Colonial*, em que ultimamente tenho pensado. [...] Não sei é como combinar isto com a elaboração dos textos bacairis que colhi em começos de 90. Os documentos ficam, todo tempo é tempo para escrever mais tarde, e quem mais tarde escrever ficará em posição avantajada. Os índios estão por pouco e o cabelo único da ocasião pode quebrar-se pela raiz.²²

O estudo dos costumes e línguas indígenas era visto como necessário para a melhor compreensão da formação da

nacionalidade. Mas a tarefa impunha muitas dificuldades, havendo poucos trabalhos referenciais produzidos por estrangeiros, como o alemão Karl Von den Steinen, e por brasileiros, como Teodoro Sampaio, Couto de Magalhães e Batista Caetano.²³ O interesse pela pesquisa etnográfica, além de contribuir com trabalhos específicos como esse sobre a língua indígena, também podia auxiliar no estudo da geografia e da história. Capistrano interessava-se pela antropogeografia, desenvolvida por Ratzel, e admirava a obra de Wappëus, autor de uma *Geografia do Brasil* (1871), cuja edição brasileira traduziu. Para ele, a geografia era “tão bela ciência como difícil”, não devendo estar restrita a “simples estudo de memória, simples enfiada de nomes, sem ligação, podendo ser citados em qualquer ordem, contanto que fossem numerosos”.²⁴ O conhecimento dos caminhos antigos (terrestres e fluviais) era um item fundamental para a compreensão da formação do Brasil, fundada no estudo da expansão européia no início da modernidade e da expansão pelo interior da colônia portuguesa na América. Além disso, a geografia fornecia uma visão grandiosa do País, baseada na exuberância e na potencialidade da natureza. História e geografia eram saberes estratégicos para a formação de uma consciência nacional.²⁵

Contudo, o estudo da história esbarrava na carência documental. Segundo Capistrano, “a História do Brasil dá a idéia de uma casa edificada na areia. É uma pessoa encostar-se numa parede, por mais reforçada que pareça, e lá vem abaixo toda a grampiola”. Achava que, no Brasil, os documentos eram mais necessários do que a escrita da história. Certa vez comentou: “(...) no Brasil nós não precisamos de história, precisamos de documentos, uns oitenta volumes como os da Rev. do Inst. [revista do instituto], porém feitos por gente que saiba aonde tem o nariz”. Julgava prematura a idéia de escrever a história do Brasil apenas com documentos “triviais”. Essa aparente angústia diante da lacuna documental associava-se ao entendimento de que não havia documentos perfeitos ou completos. Pouco antes de receber um catálogo de fontes sobre o Brasil, existentes na Biblioteca Nacional de Lisboa, lamentou: “Espero aprender

muito nele, embora nunca tenha encontrado até hoje um documento que me satisfaça por completo.”²⁶

Ao que parece, um grande nó era construído quando Capistrano constata a falta de “apenas mais um documento”, não importando tanto o seu ineditismo. O “preconceito do inédito” era muito forte no século XIX. Baseava-se na valorização das fontes arquivísticas, compreendidas como indício seguro da informação correta, fundamento da **verdade** histórica.²⁷ Mas no início da década de 1920, ainda que acreditando no poder dos documentos como prova, Capistrano já podia afirmar: “(...) dispense inéditos: jogo com as grandes massas. Inéditos há de bojar e rebojar Oliveira Lima. Inéditos podia descobrir Domício...”²⁸

O paradigma a ser ultrapassado era a obra de Varnhagen, então considerada como a mais completa em termos documentais. Capistrano achava que tal obra, desde que revista, poderia atravessar aquilo que julgava ser um “período de transição” da historiografia. Ao longo do tempo é possível perceber as mudanças na relação com o visconde de Porto Seguro, a princípio visto como “o mestre, o guia, o senhor”.²⁹ Em carta de 1917, por exemplo, concluía já possuir muita coisa desconhecida pelo antecessor. Certa vez constatou: “Como ficam jocosas as páginas de Varnhagen, depois do que nós sabemos!” Mas, além de conhecer mais documentos que o autor da **História Geral do Brasil** (1854-1857), Capistrano também se orgulhava de interpretá-los melhor, como pode ser deduzido ao dizer que: “Varnhagen era incapaz de inventar documentos, mas lia-os tão mal! Muitas vezes conluio de modo diferente dele; outras noto que ele deixa escapar o substancial para apegar-se ao acessório.”³⁰

Ao ler documentos, Capistrano intentava proceder ao que um amigo geólogo, Orville Derby, certa vez definiu como a “geologia da lama”. Este procedimento hermenêutico pode ser compreendido como uma leitura minuciosa, semelhante à análise geológica, que decompõe as diversas partes de um todo, visando a conhecer sua natureza, suas funções e relações. No caso, o todo a ser analisado correspondia à história: uma substância amorfa, tal como a lama, uma matéria fluida e orgânica. Em certa ocasião, Capistrano se referiu ao processo de leitura como a passagem do

homogêneo para o heterogêneo, ou seja, do uniforme ao pluriforme, do todo às partes.³¹ A “geologia da lama” é associada à metodologia de pesquisa proposta pela historiografia alemã, em fins do século XIX. Capistrano concordava com as proposições de Leopold Von Ranke, ainda que ele não fosse seu historiador favorito. Em carta a João Lúcio de Azevedo, comentou:

Para mim seu predileto Ranke é mero *flatus vocis*, mas sei que seria incapaz de beber no cano quando há fonte. Depois de Ranke alguns historiadores, como Edw. [Edward] Meyer, vão adiante e procuram do meio da geologia da lama reconstituir os minerais dissolvidos, mas o princípio é sempre o mesmo.³²

A meticulosidade da leitura das fontes deduzida a partir do uso da expressão “geologia da lama”, também está presente na hora de citar, preocupação constante da moderna historiografia. Foi por isso que escreveu a Guilherme Studart – que era, então, um estudioso respeitado – reclamando:

Agora és um mestre reconhecido e acatado; podemos portanto conversar calmamente sobre o assunto. Por que não dás a procedência dos documentos que publicas? Felix Ferreira, sujeito aliás pouco fidedigno, contou-me que indo um dia visitar Melo Moraes, encontrou-o queimando uns papéis: Estou queimando estes documentos, explicou-lhe o alagoano historiador (?), porque mais tarde, quando quiserem estudar História do Brasil hão de recorrer às minhas obras. Tu não és Melo Moraes. Varnhagen, pelo menos na Torre do Tombo, levou para casa alguns documentos e se esqueceu de restituí-los: não podia depois indicar a procedência. Tu não és Varnhagen. Por que motivo, portanto, te insurges contra uma obrigação a que se sujeitam todos os historiadores, principalmente desde que, com os estudos, com a criação da crítica histórica, com a crítica das fontes, criada por Leopold Von Ranke, na Alemanha, foi renovada a fisionomia da História?³³

O trabalho metódico de Capistrano aproxima-se, não apenas, das modernas práticas historiográficas, mas das práticas desenvolvidas pelos chamados antiquários: eruditos, especialistas

no antigo. O historiador de fins do século XIX e início do XX deveria ser capaz não apenas de utilizar os resultados das pesquisas dos antiquários – dedicados às chamadas ciências auxiliares da história, tais como a filologia, a epigrafia, a numismática, etc. – mas de atuar, ele mesmo, como um tipo de antiquário.³⁴

Especificando um pouco mais, observa-se ao longo da correspondência uma espécie de “frustração da completude jamais atingida”, semelhante à observada em historiadores e literatos ao longo do século XIX.³⁵ Supostamente, no caso de Capistrano, essa frustração decorria da consciência da impossibilidade de reconstituir plenamente o passado. Ao mesmo tempo, revela uma relação possível entre a tradição antiquária e a escrita da história, tal como ambas eram propostas em fins do século XIX e nas primeiras décadas do XX. Nesse sentido, Capistrano atuaria em uma espécie de fronteira, onde a erudição tem grande importância, ainda que seja necessário submetê-la a novos imperativos.³⁶ Essa “frustração da completude” por parte de Capistrano pode ser vista através do olhar de um dos seus correspondentes mais íntimos e assíduos. Em 1925, após receber uma carta de Capistrano, que criticava seu trabalho, João Lúcio de Azevedo respondeu:

Não fica mal a ninguém ser emendado pelo Mestre. Estou persuadido que, continuando a leitura, V. fará muitos mais reparos, e certamente fundados. Mas, para ficar obra a seu gosto, seria necessário tornar 25 anos atrás e escrevê-la novamente. Não me resta vida nem teria inclinação para isso. Não me apraz caminhar em circunferência e voltar sempre ao ponto de partida; suporto a espiral, mas prefiro ainda a linha reta.³⁷

Capistrano estava sempre voltando ao ponto de partida. A obra parecia nunca estar “a seu gosto”. No sentido atribuído por João Lúcio, caminhar em linha reta equivaleria a concluir o trabalho reconhecendo seus defeitos, admitindo a necessidade de reparos, a incompletude de qualquer história e, conformando-se com isso, seguir em frente. Diante de infinitas possibilidades, parecia haver duas atitudes a tomar: ir em frente – seguindo a reta – ou retornar periodicamente ao ponto de partida, andando

em círculo. João Lúcio optou pela reta. Quanto a Capistrano, o reconhecimento da impossibilidade de completar satisfatoriamente qualquer história não parece tê-lo estimulado a ir em frente. Assim, ele teria optado pelo círculo. Para ele, sempre faltava um documento, tornando-se necessário retornar periodicamente ao mesmo ponto a fim de tentar corrigi-lo. Daí a impossibilidade de contentar-se com qualquer documento ou conclusão. Essa preocupação de retornar sempre a um mesmo ponto pode ser lida como um exemplo da adesão do historiador a procedimentos hermenêuticos, através dos quais Capistrano desenvolveu uma análise lógica combinada à crítica de outras interpretações.

Em certa época, concluiu que “estes negócios de História lembram-me um rio ou um braço de mar: à vista a distância é pequena, mas o braço...” Enxergar além causava essa espécie de frustração diante da imperfeição dos documentos e da incompletude de qualquer trabalho. A constatação de que o antigo desejo de escrever uma história do Brasil não poderia ser realizado parece ter-lhe causado um profundo desconforto. Diante do próprio trabalho, certa vez afirmou: “Quando faço qualquer cousa, sinto diante do produto impressão que deve assemelhar-se à da parturiente diante das secundinas: alívio e nojo.”³⁸ Além das dificuldades advindas do trato com a documentação, o esforço para conciliar aquilo que se *faz* com aquilo que se pensa também provocava tensão. Em carta a Paulo Prado, observou: “(...) não esquecer as palavras de Goethe no **Wilhelm Meister**: obrar é fácil, pensar é difícil, obrar segundo seu pensamento ainda é mais difícil”.³⁹ Apesar disso, fazia muitos planos e ainda ajudava outros pesquisadores, orientando-os na elaboração de roteiros de trabalho, que geralmente incluíam a indicação de lacunas, a apuração e o cruzamento de diferentes tipos de fontes, o apontamento dos documentos contemporâneos e das monografias existentes, etc.⁴⁰

O projeto de escrever a história do Brasil de Capistrano sofreu modificações ao longo do tempo. Em carta ao barão do Rio Branco, de 1890, ele afirmou:

Dou-lhe uma grande notícia (para mim): estou resolvido a escrever a História do Brasil, não a que sonhei há muitos anos no Ceará, depois de ter lido Buckle, e no entusiasmo daquela leitura que fez época em minha vida – uma História modesta, a grandes traços e largas malhas, até 1807. Escrevo-a porque posso reunir muita coisa que está esparsa, e espero encadear melhor certos fatos, e chamar a atenção para certos aspectos até agora menosprezados. Parece-me que poderei dizer algumas coisas novas e pelo menos quebrar os quadros de ferro de Varnhagen que, introduzidos por Macedo no Colégio Pedro II, ainda hoje são a base de nosso ensino. As bandeiras, as minas, as estradas, a criação de gado pode dizer-se que ainda são desconhecidas, como, aliás, quase todo o século XVII, tirando-se as guerras espanholas e holandesas.⁴¹

Tempos depois, em 1907, logo após publicar seus *Capítulos de história colonial*, trabalho a que reduzira suas ambições, comentou com o barão Studart:

Imaginava outra coisa e não pude realizá-la, parte por culpa minha, parte por culpa das circunstâncias. Acreditei muito na extensão da vida e da brevidade da arte, e fui punido. Quando, ainda no Ceará, concebi-a, a obra tinha outras dimensões. Cada ano levou um lance ou um andar. A continuar mais tempo, ficaria reduzida a uma cabana de pescador. Mesmo agora acho-lhe uns ares de tapera.⁴²

Capistrano achava que uma história melhor seria feita por um historiador do futuro: “Sabes melhor que ninguém como a coisa é difícil, como sai imperfeita, como o segundo que vier pode melhorá-la consideravelmente, [com] metade do trabalho. Pouco importa.”⁴³ Mas, além dos problemas relativos à pesquisa, tais como a ausência de documentos, outro ponto que acabava dificultando a concretização dos trabalhos talvez fosse a expectativa de construção de uma história geral da nação. Trabalho extensivo, que exigia um tipo de historiador capaz de abrir mão do interesse por uma época ou por um assunto em particular, a fim de dar conta da história nacional, com a

amplitude necessária para mostrar não tanto uma nação acabada, mas em processo de formação.

Uma vez que o Brasil era visto como um país jovem, é possível supor que a escrita de sua história não deveria apenas evocar lembranças, até porque alguns acreditavam que havia muito que esquecer antes que fosse possível lembrar.⁴⁴ Era preciso escrever uma história endereçada ao presente e ao futuro, reforçando os aspectos da juventude da nação e destacando suas potencialidades. Reabilitar o passado e prever um futuro grandioso talvez tenha sido a meta principal daqueles que se dedicavam à escrita da história. E a construção dessa história, além de seguir uma metodologia, estabelecer temas principais e definir marcos cronológicos, devia enfrentar os problemas da narrativa.

Para o historiador João Ribeiro, por exemplo, para “fazer história”, entre outras coisas, são indispensáveis as qualidades literárias, o senso crítico e a arte de bem escrever.⁴⁵ Em sua opinião:

Os nossos historiadores, e Varnhagen é um exemplo modelar, confundem a historiografia e a história, e fazem da vida uma função de arquivos e cartórios. Este seco e árido materialismo dos papéis velhos embota a imaginação e, armando aos papalvos, com seu cemitério de almas penadas, impede a comunicação com os vivos. É verdade que os ossos ficam e são por isso mais acessíveis; todavia, o passado não pode ser composto de esqueletos. Há de ser vida ou coisa nenhuma.⁴⁶

Ribeiro, certa vez, chegou a observar que “há quem não sabe escrever e escreve história”. Este não seria o caso de Capistrano que, segundo o autor, primava por seu “inimitável talento de escrever, sem pose, num estilo de pleno ar, claro e singelíssimo”.⁴⁷ Na correspondência há breves comentários de Capistrano sobre a narrativa histórica, feitos não através de teorias ou reflexões detalhadas, mas de curtas observações acerca do melhor modo de escrever, geralmente elaboradas em função da leitura de algum texto. Assim, o enfrentamento dos problemas

da narrativa se dava através das experiências de leitura e escrita compartilhadas pelos missivistas.⁴⁸

Comentando o trabalho de “X” (Alberto Rangel) com Afonso Taunay, Capistrano fala da necessidade de distinguir o temperamento do autor, do *procédé* (procedimento) utilizado na escrita. Seguindo as sugestões de Taine, achava que era preciso desvencilhar-se de si mesmo, libertar-se dos próprios cacoetes, buscando a “cura” do estilo. Outros comentários falam sobre “o perigo e a sedução das notas”. Em cartas a Afonso Taunay, opinou sobre o melhor modo de utilizá-las: sem chamadas, distinguindo-se do texto pela diferença de tipos. Também aconselhou-o a deixar a retórica de lado, evitando referências vagas ou indiretas e elogiou sua opção por um método de expor capaz de tornar a leitura mais atraente e popular.⁴⁹

Tais historiadores eram submetidos a duras críticas, feitas não apenas por especialistas e educadores, mas por todos aqueles que se dedicavam a refletir sobre a nação. Ao lado dessas críticas às interpretações vigentes, proliferavam receitas sobre a melhor direção para os estudos e a escrita da história. Os parâmetros dessa crítica historiográfica difusa eram a metodologia utilizada e o grau de patriotismo dos resultados obtidos. Não havia incongruência entre a utilização de métodos científicos de pesquisa, baseados no empirismo, e o exercício de um olhar teleológico, que explorava o passado considerando-o como um prenúncio lógico e necessário do presente.⁵⁰

Ao analisar um livro de Assis Cintra sobre Tiradentes, o crítico Brenno Ferraz do Amaral deixa ver um pouco das expectativas existentes em sua época, a respeito do trabalho do historiador. Disse ele, após constatar que o autor criticado estava preso aos arquivos:

O historiador deixou de historiar na certeza de que a História está feita nos arquivos. [...] Ciência apenas conjectural, a História não pode restringir-se ao documento frio, seco, estéril... [...] Decididamente, o trabalho do historiador não é o do escriba. É função do pensamento e do engenho. Supõe assimilação e criação. É obra de arte e ciência.⁵¹

Capistrano também foi alvo de críticas semelhantes. Mesmo sendo considerado por muitos como o historiador mais capacitado para escrever a história nacional, ele é acusado de perder-se em um “rigoroso objetivismo”. Sobre ele, escreveu Manoel Bomfim:

Não que lhe falte horizonte de idéias, nem capacidade de generalização e segurança de conceitos, ou senso crítico, para estender o pensamento por toda a realidade do Brasil [...]. No entanto, quem tenha tratado com esse puro espécime de homem de ciência – a sua ciência, guarda a convicção de que ele jamais se atirá a uma obra de conjunto, que tanta vez exige – afirmar por simples dedução, ou compor em imaginação, a projetar conceitos sem outro sustentáculo além da pura lógica. Pesquisador intransigente prendeu-se ao regime mental do rigoroso objetivismo. Eis a significação da sua obra.⁵²

O caso de Capistrano suscita a reflexão sobre a passagem da pesquisa à escrita da história ou, “da prática ao texto”, como observou Michel de Certeau, para quem “a fundação de um espaço textual provoca uma série de distorções com relação aos procedimentos da análise”.⁵³ Tais distorções derivam, por exemplo: da necessidade de apontar como início aquilo que, na verdade, é um ponto de chegada;⁵⁴ da construção de uma unidade discursiva dotada de regras e conceitos, de modo a compor um sistema estável, cuja coerência tem relação com uma unidade designada pelo nome próprio do autor; da elaboração de uma representação “plena”, capaz de preencher as lacunas (que constituem o princípio da pesquisa, sempre alimentada pela falta) etc. Sendo assim, a substituição de um trabalho lacunar (a pesquisa) por um trabalho repleto de sentido (a escrita da história), indicaria a existência de uma espécie de “servidão” imposta pelo discurso à pesquisa. Contudo, a escrita histórica permaneceria controlada devido às práticas das quais resulta. Práticas que escondem as faltas, as lacunas, mas que, inversamente, também as expõem. A historiografia possuiria um

estatuto ambivalente, pois “faz” a história e, não obstante, “conta histórias”. É representação e também narrativa, que deixa entrever as relações que mantém com uma certa disciplina de trabalho, com determinadas práticas e lugares sociais.⁵⁵

A correspondência de Capistrano pode ajudar a compreender como ele lidava com a passagem da pesquisa à escrita, expondo suas dificuldades. Através dela é possível acompanhar as dúvidas e certezas que cercavam a operação historiográfica em sua época. São escritos que falam sobre lacunas, incompletudes e contradições observadas ao longo da pesquisa documental, impondo obstáculos à escrita. Cabe lembrar que, apesar de ser reconhecido como um grande historiador por sua capacidade investigativa e narrativa, Capistrano também ficou conhecido como aquele que não escreveu a história do Brasil, embora pudesse tê-la escrito com autoridade.

No Brasil do início do século XX, prevalecia o ideal de uma “obra de conjunto”: uma história geral da nação plena de sentido, uma síntese a ser escrita em um ou em muitos volumes. Essa obra deveria ser sustentada por fontes fidedignas, cuidadosamente reunidas, de modo a possibilitar o acesso à **verdade**. Sendo assim, qualquer observação acerca da relatividade dos testemunhos históricos ou a respeito dos conceitos ou referenciais teóricos que guiavam o historiador podia causar espanto.⁵⁶ Capistrano compreendia que aquilo que as fontes diziam dependia fundamentalmente da questão proposta pelo investigador. Isto pode ser deduzido, por exemplo, da carta a Luís Sombra, onde ele observa que: “Quando se faz qualquer pesquisa, o interrogado mais ou menos imita o cortesão que quando Luís XIV lhe perguntou a hora, respondeu: ***Il est l'heure qu'il plaira à Votre Majesté*** [é a hora que mais agrada à Vossa Majestade].”⁵⁷

Ou seja, mesmo sendo guiado por um “rigoroso objetivismo”, Capistrano podia admitir que os documentos não falam por si, pois a resposta que eles fornecem depende muito daquilo que o investigador deseja saber e questionar. Achava que “em História não pode ser esquecida a perspectiva”,⁵⁸ o que

permite supor que essa perspectiva se refira tanto ao ponto de vista do testemunho quanto ao do historiador.

Voltando ao ideal de história do Brasil, observa-se que Capistrano, mesmo tendo planejado a escrita dessa história, várias vezes demonstrou interesse por algo mais circunscrito a temas, tais como as entradas e bandeiras, os caminhos antigos, as festas, a família, etc.; a *áreas* de pesquisa, como a história econômica; ou a épocas particulares, como a história colonial. Além disso, considerava a existência de cinco Brasis (o amazônico, o litorâneo, o baiano, o paulista e o riograndense).⁵⁹ Sendo assim, como elaborar *uma história geral*?

Para João Ribeiro, Capistrano era um pesquisador “sem coragem e sem vontade talvez de escrever a história geral que todos esperavam da sua enorme capacidade e compreensão”. Isto se devia à SUA predileção pelo período colonial, que permitia pensá-lo mais como um “arqueólogo” da história brasileira do que como historiador.⁶⁰ Certa vez, Ribeiro perguntou a Capistrano por que ele não lia menos e escrevia mais. Capistrano respondeu que já havia quem escrevesse demais, lendo muito menos. Para Ribeiro era preciso encontrar o equilíbrio entre “tagarelas” e “silenciosos”.⁶¹ A solução de Capistrano para esse impasse resultante da passagem “da prática ao texto” parece ter sido restringir cada vez mais seu projeto historiográfico, a ponto de propor uma escrita “a grandes traços e largas malhas”.⁶²

Mais uma vez lembrando o projeto de juventude, Capistrano constatou:

Quando pensei em consagrar-me à História do Brasil, resultado de uma leitura febril de Taine, Buckle e da viagem de Agassiz, feita ainda no Ceará, não me lembro se pretendia abarcar toda a história. Mais tarde reconheci que era necessário incluir a época contemporânea, mas a minha curiosidade dispersou-me a atenção por toda parte e agora, posso dizer como Monte-Alverne: é tarde!⁶³

Observação semelhante pode ser vista em outra carta, onde diz que: “infelizmente eduquei meu espírito, desinteressei-me da história contemporânea. Agora é tarde: Inês é morta”.⁶⁴ A

sensação de incompletude, observada anteriormente, também dizia respeito ao campo de interesses, uma vez que a construção de uma história do Brasil exigia a inclusão de todos os períodos, de modo a apresentar as diferentes etapas da vida nacional.

Parece haver certa tensão entre o planejado (a escrita da história da nação), visando a atender às expectativas da época, e o realizado, capaz de frustrar as próprias expectativas, assim como a de seus contemporâneos, mas que, ao mesmo tempo, permitia dar vazão a seus próprios desejos e interesses. A partir da leitura das cartas, é possível deduzir que Capistrano era alguém que acreditava na existência de muitos meios para ser feliz, mas que tais meios reduziam-se a um único: “obedecer aos ditames da consciência, principalmente com sacrifícios”.⁶⁵ Provavelmente ele seguiu sua própria consciência, dedicando-se a suas predileções, construindo seu modo de vida e seu próprio olhar sobre a história. Talvez tenha tentado seguir o conselho inglês que certa vez deu a Paulo Prado: *to make the best of it* (faça o melhor possível).⁶⁶

GONTIJO, Rebeca. History and historiography in the letters of Capistrano de Abreu. *História*, São Paulo, v.24, n.2, p.159-185, 2005.

ABSTRACT: This article analyses the correspondance of Capistrano de Abreu (1853-1927), considered by many as the most important Brazilian historian of the early of the Twentieth Century. The objective is to recover some aspects about the historiographical exercise, considering the characteristics of the historian's work in his age, so as to understand a double and simultaneous construction: from the historiography and from the historian.

KEYWORDS: Capistrano de Abreu; historiography; correspondance.

NOTAS

* Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense – UFF – CEP 24450-350 – São Gonçalo – RJ – Brasil. Integrante do Núcleo de Pesquisas em História Cultural (NUPEHC) da UFF e do Grupo Oficinas de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ-FFP). e-mail: rebeca_gontijo@hotmail.com

Este texto é uma versão reduzida do capítulo *Modos de fazer* da tese: GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador*. Niterói, 2006. Tese (Doutorado em História) – ICHF, UFF.

¹ DIAZ, Brigitte. *L'épistolaire ou la pensée nomade*. Paris: PUF, 2002, p.39-45.

² CERTEAU, Michel de. A economia escriturística. In: _____. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994, p.221-246; e DIAZ, Brigitte. *Op. cit.*, p.61-62 e 139-194.

³ ABREU, Capistrano de. Carta a João Lúcio de Azevedo, 19/03/1917. In: _____. *Correspondência*. 1.ed. 1954-1956. Organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, vol. 2, 1977, pp. 37-38. Todas as cartas de e para Capistrano aqui citadas foram extraídas dessa edição, salvo informação contrária. Em função disso, as referências conterão apenas o nome do destinatário, seguido pela indicação do volume e da página onde se encontra a referida missiva.

⁴ GALVÃO, Ramiz. Atas da 7ª Sessão Magna comemorativa do 89º aniversário do IHGB, em 21/10/1921. [Necrológio de Capistrano de Abreu]. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo 101, vol. 155, 1928, p. 461.

⁵ ABREU, Capistrano de. Uma grande idéia [1880]. In: _____. *Ensaio e estudos: crítica e história*, 4ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Brasília: INL, 1976, p.90-92.

⁶ Ver ABREU, Capistrano de. Prefácio à *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador [edição de 1918]. In: _____. *Ensaio e estudos: crítica e história*, 2ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Brasília, INL, 1976, p.112-113; RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1969, p.231-232; e DUTRA, Eliana de Freitas. A tela imortal: o catálogo da Exposição de História do Brasil de 1881. *Anais do Museu Histórico Nacional*, n.37, 2005.

⁷ Sobre o projeto historiográfico do IHGB, ver: GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos* – Dossiê Caminhos da Historiografia, Rio de Janeiro, n.1, 1988, p.5-27; e GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de sua Majestade Imperial*. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). São Paulo, 1994. Tese (Doutorado em História), FFLCH-USP.

⁸ ABREU, *Op. cit.*, p.112.

⁹ Segundo Capistrano, a publicação das cartas dos jesuítas seria “uma revolução na história do Brasil, porque até hoje nem um historiador leu todas as cartas e portanto há muita coisa que ainda não se sabe”. Carta a Lino de Assunção, 19/4/1886, v.3, p.329.

¹⁰ Ver cartas a Lino de Assunção, 7/4/1886 e s/d, v.3, p.328-329 e 333.

¹¹ Carta a Antônio Joaquim de Macedo Soares, [1883], v.3, p.2.

¹² Fariam parte da empreitada, além de Capistrano, Alfredo do Vale Cabral e Teixeira de Mello; Afonso Celso, Urbino do Amaral, Macedo Soares, e outros nomes, citados em carta como Oliveira, Demerval, Araújo e Arthur. Ver cartas a Lino de Assunção, de 2/4/1886, 5/5/1886 e s/d, v.3, p.326-328, 332 e 356.

¹³ Cartas a Lino de Assunção, 19/4/1886 e 22/3/1887, v.3, p.330 e 348-352.

¹⁴ ABREU, Capistrano de. *O descobrimento do Brasil*. 1.ed. 1883. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Col. Temas Brasileiros. Sobre a tese de Capistrano, ver: ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, 1988, p.28-54; e WEHLING, Arno. Capistrano de Abreu e o Descobrimento do Brasil. *Aervo* –Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v.12, n.1/2, jan-dez, 1999, p.27-36.

¹⁵ RIBEIRO, Júlio apud FREITAS JÚNIOR, Afonso. Discurso proferido na Sessão Magna de 1^a de novembro de 1927. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v.XXV, 1927, p.609; e VERÍSSIMO, José. O Sr. Capistrano de Abreu. *Jornal do Comércio*, 16/9/1907.

¹⁶ Carta a Domingos Jaguaribe, [1899], v.1, p.32.

¹⁷ Carta a Domício da Gama, s/d, v.1, p.266.

¹⁸ Sobre a recusa do prêmio, ver carta de Capistrano de Abreu ao conde Afonso Celso, 8/10/1917. *Revista do IHGB*, t. 8, v.132, 1917, p.790-791.

¹⁹ Em 1913, Capistrano foi admitido como sócio honorário e, em 1917, como benemérito. No breve parecer de admissão, é possível observar que o valor atribuído a seu nome na época dispensava justificativas: “Os trabalhos prestados pelo ilustre proposto ao Instituto, o seu justo renome como notável sabedor de nossa História, dispensam argumento para justificar esta homenagem”. Ver *Revista do IHGB*, t. 50, v.75, 1887, p.321-322; t.51, v.77, 1888, p. 388; t.52, v.80, 1889, p.549; t.53, v.82, 1890, p.552; t.55, v.86, 1892, p.361-362, 407 e 408-409; t.67, v.110, 1904, p.514; t.69, v.114, 1906, p.499; t.76, v.128, 1913, p.561-562; t.76, v.128, parte II, 1913, p.557-558 e 561.

²⁰ Ver nota biobibliográfica anexada à carta de Capistrano de Abreu a Guilherme Studart, 18/8/1901, v.1, p.152.

²¹ Cartas a Mário de Alencar, 28/12/1909 e 6/9/1915, v.1, p.212 e 239.

²² Carta a João Lúcio de Azevedo, 30/6/1916, v.2, p.12.

²³ Capistrano convivera com cerca de seis índios ao longo da vida, habitando sob o mesmo teto, com o objetivo de concluir seu trabalho de coleta e tradução de palavras e informações sobre diferentes grupos indígenas. A certa altura,

constatou que o método escolhido não havia sido o ideal: “(...) há dois modos de estudar uma língua americana: o confessional e a missão. Tendo usado do confessional, vejo o quanto é imperfeito: as afirmações mais categóricas só adquirem valor, constatadas com o uso quotidiano”. Ver carta a João Lúcio de Azevedo, 13/8/1921, v.2, p.220.

²⁴ Carta a João Lúcio de Azevedo, 19/3/1917, v.2, p.37-38. E, também: ABREU, Capistrano de. *A Geografia do Brasil* [1904]. In: _____. *Ensaio e Estudos*, 2ª série, *Op. cit.*, p.19-24.

²⁵ Ver DE LUCA, Tânia Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: Unesp, 1999, p.85-126.

²⁶ Cartas a João Lúcio de Azevedo, 17/5/1920 e 9/7/1920, v.2, p.160-161. Ver, também, carta ao Padre Teschauer, 20/4/1904, v.3, p.360; carta a Mário de Alencar, 15/9/1915, v.1, p.243; e carta a Guilherme Studart, 25/9/1908, v.1, p.180. Daniel Mesquita Pereira chama a atenção para a recorrência, no século XIX, da idéia historista que associa a história a um edifício a ser construído sobre uma base documental sólida. Ver PEREIRA, Daniel Mesquita. *Descobrimientos de Capistrano: a História do Brasil “a grandes traços e largas malhas”*. Rio de Janeiro, 2002. Tese (Doutorado em História) – PUC, fl.36. Tal idéia decorre da percepção de que o conhecimento do geral depende do acúmulo de aspectos parciais, de modo a constituir aquilo que Reinhart Koselleck definiu como um “singular coletivo”. Ver KOSELLECK, Reinhart. “Le concept d’histoire”. In: _____. *L’expérience de l’histoire*. S.l.: Hautes Études, Seuil, Gallimard, 1997, p.15-99.

²⁷ WEHLING, *Op. cit.*, p.153.

²⁸ Carta a Paulo Prado: 3/6/1922, v.2, p.415; carta a João Lúcio de Azevedo, 18/3/1918, v.2, p.87.

²⁹ Ver ABREU, Capistrano de. *Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro* [1878]. In: _____. *Ensaio e estudos: crítica e história*, 1ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975, p.81-91; e, no mesmo livro, *Sobre o Visconde de Porto Seguro* [1882], p.131-147.

³⁰ Cartas a João Lúcio de Azevedo, 30/6/1916, 26/1/1917, 27/3/1917 e 09/3/1918, v.2, p.12, 30, 41 e 84.

³¹ Capistrano se inspirava nas idéias do evolucionista Herbert Spencer, para quem era preciso partir de um todo homogêneo, até chegar ao heterogêneo, onde as partes poderiam ser percebidas de modo mais nítido. Ver carta a Paulo Prado, 29/6/1923 (“dia de S. Pedro”), v.2, p.449-50; e cartas a João Lúcio de Azevedo, 15/4/1917 e 16/9/1918, v.2, p.46 e 110.

³² Carta a João Lúcio de Azevedo, 6/6/1917, v.2, p.50-51.

³³ Carta a Guilherme Studart, 20/4/1904, v.1, p.165.

³⁴ PEREIRA, *Op. cit.*, p.30-31; e, também, GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Reinventando a tradição: sobre antiquariado e escrita da história*. *Humanas* –

Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS. Porto Alegre, IFCH, v.23, n.1/2, 2000, p.111-143.

³⁵ Idem, p.111.

³⁶ Ver breve referência à atuação de Capistrano na fronteira do antiquariado, em: FALCON, Francisco José Calazans. O Brasil de Capistrano de Abreu: características de sua produção historiográfica. *Trajetos* – Revista de História da UFC. Dossiê: Capistrano de Abreu, v.3, n.5, 2004, p.73.

³⁷ Carta a Capistrano de Abreu, 17/5/1925, v.3, p.251.

³⁸ Cartas a João Lúcio de Azevedo, 9/3/1918 e 18/3/1918, v.2, p.87.

³⁹ Carta a Paulo Prado, 6/10/1922, v.2, p.419.

⁴⁰ Ver, por exemplo: carta a Afonso Taunay, 29/11/1917, v.1, p.288; e carta a João Lúcio de Azevedo, 15/11/1916, v.2, p.20. E, ainda, carta de Francisco de Assis Brasil a Capistrano, 18/10/1896, v.3, p.286.

⁴¹ Carta ao Barão do Rio Branco, 17/4/1890, v.1, p.130.

⁴² Carta a Guilherme Studart, 7/1/1907, v.1, p.178.

⁴³ Carta a Guilherme Studart, 20/2/1920, v.1, p.186.

⁴⁴ Em artigo de 1920, Alceu Amoroso Lima observou: “temos muito que nos esquecer antes de começarmos a lembrar”. Ver LIMA apud LUCA, Tânia Regina de. *Op. cit.*, p.91.

⁴⁵ RIBEIRO, João. Historiadores (1927). In: _____. *Obras* – Crítica, v.VI: Historiadores. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1961, p.5.

⁴⁶ Idem, O culto da história (1918). In: _____. *Op. cit.*, p.430.

⁴⁷ Idem, p. 425; e, _____. Frei Vicente do Salvador [1889]. In: _____. *Op. cit.*, p.8.

⁴⁸ Ver, por exemplo, a crítica ao livro *D. Pedro I e a Marquesa de Santos* (1917), de Alberto Rangel, onde reclama das “carapinhas” do estilo, a pedir “pente ou tesoura”. Ver ABREU, Capistrano de. Um livro sobre a Marquesa de Santos [1917]. In: _____. *Ensaaios e estudos*, 2ª série, *Op. cit.*, p.97-110. O livro de Rangel também foi resenhado por João Ribeiro, que condenou seu estilo repleto de adjetivações, neologismos etc. Ver RIBEIRO, João. D. Pedro I e a Marquesa de Santos [1917]. In: _____. *Obras*, op. cit., p.152.

⁴⁹ Capistrano indicava um estudo de Eugène Fromentin e as *Peregrinações*, de Fernão Mendes Pinto como referências para a cura do estilo. Ver: cartas a Afonso Taunay, 9/1/1914, s/d [meados de 1917], 7/10/1917, 26/8/1919 e 12/4/1920, v.1, p.277, 284, 287, 302 e 309; e, ainda, carta a João Lúcio de Azevedo, 3/9/1917, v.2, p.66; carta a Paulo Prado, 26/3/1923, v.2, p.443.

⁵⁰ DE LUCA, *Op. cit.*, p.95-96.

⁵¹ AMARAL apud DE LUCA, *Op. cit.*, p.96.

⁵² BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História*: deturpação das tradições, degradação política. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930, p.137, nota 1.

⁵³ Para Certeau, “enquanto a pesquisa é interminável, o texto deve ter um fim, e esta estrutura de parada chega até a introdução, já organizada pelo dever de

terminar”. Ver CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: _____. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 1982, p.94.

⁵⁴ Certeau se refere ao fato de que toda escrita da história dá seus primeiros passos no presente ou, “na atualidade do lugar social, e do aparelho institucional ou conceitual”. Contudo, a narrativa historiográfica segue uma ordem cronológica, que toma “o mais anterior” como ponto de partida. Idem, p.94.

⁵⁵ Essa operação escriturária, que não identifica a totalidade de procedimentos utilizados na elaboração da própria escrita, impondo regras contrárias às regras da prática, foi denominada por Certeau de “inversão escriturária”. Idem, p.94-95 e, também, p.104-105.

⁵⁶ DE LUCA, *Op. cit.*, p.100.

⁵⁷ Carta a Luís Sombra, 15/11/1916, v.3, p.33.

⁵⁸ Carta a Pandiá Calógeras, 24/6/1910, v.1, p.363.

⁵⁹ Sobre os cinco Brasis, ver carta ao padre Teschauer, 14/5/1914, v.3, p.367.

⁶⁰ RIBEIRO, João. O 3º tomo da *História do Brasil* [1932]. In: _____. *Obras, Op. cit.*, p.23.

⁶¹ Idem, Retrato de Capistrano de Abreu. In: _____. *Op. cit.*, p.94.

⁶² Ver carta ao Barão do Rio Branco, 17/4/1890, v.1, p.130. E, também, PEREIRA, *Op. cit.*

⁶³ Carta a José Veríssimo, 21/1/1914, v.1, p.200.

⁶⁴ Carta a Guilherme Studart, 19/7/1902, v.1, p.158. O desinteresse de Capistrano pela história contemporânea é relativo, pois, mesmo tendo se dedicado ao estudo do período colonial, produziu alguns trabalhos sobre o Império e o início da República, ainda que com menor destaque. Além disso, suas cartas são um importante manancial de informações e interpretações sobre a política de sua época, como demonstra a carta do diplomata Domício da Gama, que diz: “O fim desta carta é pedir-lhe com instância informações particulares sobre a nossa vida política, que V. tão bem conhece”. Carta a Capistrano de Abreu, 29/11/1891, v.3, p.134.

⁶⁵ Carta a Luís Sombra, 31/12/10, v.3, p.22; carta a Pandiá Calógeras, 14/1/1910, v.1, p.372.

⁶⁶ Carta a Paulo Prado, 17/11/1922, v.2, p.427.

Artigo recebido em 06/2006. Aprovado em 07/2006.